

Gestão da educação infantil: apontamentos sobre cargos, jornadas e salários

Bianca Cristina Correa

Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto/SP – Brasil

Júlia Castro

Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto/SP – Brasil

Caroline Barbosa

Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto/SP – Brasil

Resumo

O trabalho é parte de pesquisa mais ampla sobre a gestão da Educação Infantil em uma microrregião do interior paulista e tem por objetivo apresentar e analisar alguns dados sobre cargos, jornadas e salários do pessoal docente e outros profissionais que atuam nessa etapa educacional. Os dados sugerem a permanência de desigualdade entre os municípios e no interior de cada um deles, no que se refere aos cargos/funções de professor, diretor e profissionais que atuam diretamente com as crianças, mas não contratados como docentes. A diferenciação salarial sugere, entre outros elementos, a permanência de uma estrutura de relações verticalizada e hierárquica que não favorece o estabelecimento de uma gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão da Educação Infantil. Cargos, Jornadas e Salários.

Management of the early childhood education: notes about positions, working hours and wage

Abstract

The work is part of a broader research concerning the management of early childhood education in a micro-region at the countryside of São Paulo state, aiming to present and analyze some data about positions, working hours and wage of teaching staff and other professionals working in this field. The data suggest the existence of an inequality between the municipalities and within each one in relation to the positions/functions of teachers, principals and professionals working directly with the children, but who are not hired as teachers. The wage difference suggests, among other elements, the permanence of a vertical and hierarchical relation that does not favor the establishment of a democratic management.

Keywords: Early Childhood Education Management. Positions, Working Hours And Wage.

Introdução

Este trabalho é parte de pesquisa mais ampla em desenvolvimento desde 2013, coordenada por uma das autoras e envolvendo um grupo de estudantes de graduação¹ e pós-graduação².

A pesquisa mais ampla tem como objetivo mapear e analisar como se organiza a gestão da Educação Infantil (EI) na microrregião de Ribeirão Preto/SP. Envolvendo 12 municípios dos 16 que compõem essa microrregião, os primeiros dados foram construídos por meio de aplicação de questionários. Em relação aos salários, no instrumento optamos por solicitar a informação em termos de faixa salarial, pois nosso principal objetivo era verificar a existência de diferenciação entre salário de docentes e gestores. Contudo, logo verificamos que o intervalo entre uma e outra era demasiadamente grande, dificultando a análise. Assim, buscamos maior detalhamento sobre os valores “base” em cada município por meio de pesquisa à Rede Mundial de Computadores (internet). Por meio desse procedimento foi possível ampliar e aprofundar significativamente o conjunto de dados, mas ainda com limites, já que os valores obtidos não são todos relativos a um mesmo ano e, ainda, em alguns casos, nem todos os salários foram acessados. Inferimos que, como resultado da Lei de Transparência (BRASIL, 2011), muitos municípios já contam com *links* em suas páginas oficiais, através dos quais se pode obter, inclusive, o salário nominal de cada funcionário público municipal.

Neste trabalho, como continuidade das análises da pesquisa mais ampla, temos como pano de fundo a questão da qualidade na oferta da EI e, nesse sentido, a discussão da gestão democrática, ou seja, partimos do pressuposto de que qualidade tem estreita relação com a forma como os sistemas e as unidades são geridos. Assim, temos procurado analisar como se estruturam as relações de poder nas secretarias municipais de educação desde o centro até o interior das unidades (creches e pré-escolas). Como decorrência, entendemos que a questão salarial é um dos fatores determinantes sobre como se estruturam tais relações, partindo-se do pressuposto de que quando há diferença significativa de salários entre professores e gestores ou outros profissionais, especialmente no contexto das unidades,

[...] reforça-se a hierarquia, favorecendo condutas autoritárias e em certo sentido naturalizando-as [...]. Além disso, a diferenciação salarial funciona como mecanismo de diferenciação entre os sujeitos quanto à importância de cada um no interior do sistema (CORREA, 2006, p. 223).

Em Karen Ferreira (2016) e Lorenzza Bucci (2016), essa diferença salarial e, portanto, a correspondente diferença de *status* entre professoras, pajens e direção, no interior de uma pré-escola pública, ficou evidente. Desde os primeiros dados construídos na pesquisa (CORREA, 2015a), constatamos a permanência de contratação de “outros” profissionais que, na prática, atuam diretamente com as crianças exercendo trabalho docente, mas com jornadas e salários absolutamente desiguais em relação aos dos profissionais do magistério.

Assim, neste trabalho procuramos aprofundar a análise sobre tais diferenças e suas relações com alguns princípios da gestão democrática.

¹ Izabela Bettinassi, Julia Castro, Danila Rosseto e Raquel Purificação.

² Karen Ferreira, Lorenzza Bucci, Caroline Barbosa, Marcella Paluan, Júlia Mano e Natália Cansado.

Os municípios da microrregião de Ribeirão Preto: dados gerais sobre localização, população e a oferta de educação infantil

Localizada a noroeste da capital do estado, São Paulo, a microrregião de Ribeirão Preto está inserida em uma região administrativa (Figura 1) que compreende os municípios de: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataporá, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral.

Figura 1 – Região Administrativa de Ribeirão Preto no estado de São Paulo



Fonte: Acervo histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Essa divisão em Regiões Administrativas ou mesorregiões,

[...] é uma subdivisão dos Estados do Brasil, composta por diversos municípios de uma determinada área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Essa divisão foi criada pelo IBGE para fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa (CIDADES PAULISTAS, 2016, online).

Figura 2 – Microrregião de Ribeirão Preto no estado de São Paulo



Fonte: Mapa disponível em: <www.geoalmasunibh.blogspot.com.br>. Acesso em: 07 jun. 2015.

Do mesmo modo, as regiões administrativas são subdivididas em microrregiões ou Regiões de Governo que “[...] foram estabelecidas com o objetivo de centralizar as atividades das secretarias estaduais” (CIDADES PAULISTAS, 2016, online). Apesar de a Constituição Federal – CF/88 – definir, em seu Artigo 25 § 3º, as microrregiões como aquelas “[...] constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988, online) o termo mais usual é do IBGE, que o utiliza “[...] para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais” (CIDADES PAULISTAS, 2016, online). É essa a subdivisão que utilizamos neste trabalho e, assim como apresentado anteriormente, a microrregião a que nos referimos é composta por 16 municípios. A Tabela 1 a seguir apresenta os dados sobre a população estimada em 2015, de cada um destes municípios.

Tabela 1 – População estimada para o ano de 2015 nos municípios da microrregião de Ribeirão Preto

Município	População estimada 2015
BARRINHA	31.230
BRODOWSKI	23.460
CRAVINHOS	34.110
DUMONT	9.178
GUATAPARÁ	7.446
JARDINÓPOLIS	41.799
LUÍS ANTÔNIO	13.378
PONTAL	45.978
PRADÓPOLIS	19.814
RIBEIRÃO PRETO	666.323
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	27.502
SANTA ROSA DE VITERBO	25.666
SÃO SIMÃO	15.104
SERRA AZUL	13.216
SERRANA	42.784
SERTÃOZINHO	120.152

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do IBGE – Cidades (BRASIL; IBGE, 2010).

Em relação aos indicadores econômicos, a Tabela 2 a seguir apresenta o IDHM e o PIB *per capita* dos municípios:

Tabela 2 – IDHM e PIB dos municípios da microrregião

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2010 (IDHM 2010)	PIB per capita a preços correntes – 2012
BARRINHA	0,725	12.125,33
BRODOWSKI	0,755	15.582,88
CRAVINHOS	0,756	20.096,38
DUMONT	0,744	13.967,35
GUATAPARÁ	0,743	19.036,87
JARDINÓPOLIS	0,735	17.395,35
LUÍS ANTÔNIO	0,731	56.969,44
PONTAL	0,725	16.150,41
PRADÓPOLIS	0,733	34.708,33
RIBEIRÃO PRETO	0,800	32.756,65
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	0,775	16.550,14
SANTA ROSA DE VITERBO	0,770	20.346,67
SÃO SIMÃO	0,766	22.047,84
SERRA AZUL	0,686	9.748,00
SERRANA	0,729	12.615,77
SERTÃOZINHO	0,761	37.452,07

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do IBGE – Cidades (BRASIL; IBGE, 2010).

A grande maioria dos municípios (81%) possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 0,729 e 0,775. Apenas um município (Serra Azul) apresenta índice abaixo de 0,700, o mesmo que também apresenta o menor PIB *per capita*, abaixo de R\$10.000,00; e apenas um (Ribeirão Preto) tem índice acima de 0,800. Um dos municípios (Luís Antônio) tem PIB *per capita* acima de R\$50.000,00, mesmo sendo um dos que possui a menor população (entre 10.000 e 20.000 habitantes).

A seguir, apresentamos o crescimento populacional das crianças entre zero e nove anos dos municípios da microrregião. Essa é a faixa etária apresentada pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), e que compreende a faixa etária inicial da obrigatoriedade escolar (quatro e cinco anos). Destaque-se que não há dados específicos para cada idade isoladamente e, além disso, diversas fontes (SEADE, IBGE, INEP) apresentam diferentes padrões na coleta e apresentação dos dados. Lembramos, portanto, que os números podem

variar dependendo da fonte utilizada. A escolha do SEADE, neste caso, foi devida à presença de dados específicos dos municípios da microrregião.

Tabela 3 – Crescimento populacional das crianças no grupo de idade de 0 a 4 anos e respectivo percentual de aumento/queda desta população no quinquênio 2011 e 2015 nos municípios da microrregião

Município	2011	2015	%
BARRINHA	2332	2394	2.66
BRODOWSKI	1305	1348	3.30
CRAVINHOS	2058	2100	2.04
DUMONT	523	520	-0.57
GUATAPARÁ	498	465	-6.63
JARDINÓPOLIS	2700	2634	-2.44
LUÍS ANTÔNIO	866	900	3.93
PONTAL	3334	3381	1.41
PRADÓPOLIS	1269	1342	5.75
RIBEIRÃO PRETO	36668	40413	10.21
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	1406	1433	1.92
SANTA ROSA DE VITERBO	1495	1461	-2.27
SÃO SIMÃO	892	879	-1.46
SERRA AZUL	678	659	-2.80
SERRANA	3044	3116	2.37
SERTÃOZINHO	7393	7893	6.76

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da População, por grupos de idade nas Tabelas do IMP/SEADE.

Tabela 4 – Crescimento populacional das crianças no grupo de idade de 5 a 9 anos e respectivo percentual de aumento/queda desta população no quinquênio 2011 e 2015 nos municípios da microrregião

Município	2011	2015	%
BARRINHA	2339	2322	-0.73
BRODOWSKI	1494	1329	-11.04
CRAVINHOS	2234	2054	-8.06
DUMONT	590	543	-7.97
GUATAPARÁ	553	505	-8.68
JARDINÓPOLIS	2845	2772	-2.57
LUÍS ANTÔNIO	914	901	-1.42
PONTAL	3229	3406	5.48

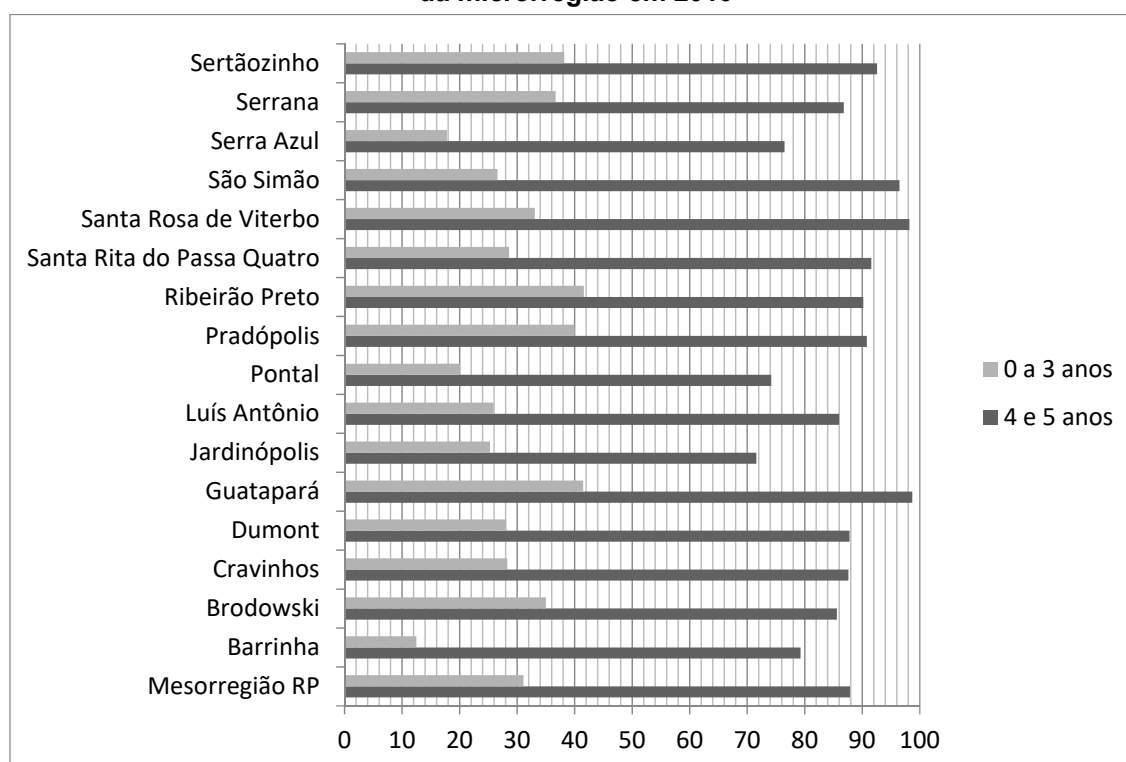
PRADÓPOLIS	1256	1293	2.95
RIBEIRÃO PRETO	37860	36574	-3.40
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	1439	1391	-3.34
SANTA ROSA DE VITERBO	1494	1509	1.00
SÃO SIMÃO	1016	891	-12.30
SERRA AZUL	748	688	-8.02
SERRANA	3049	3046	-0.10
SERTÃOZINHO	7566	7319	-3.26

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados das Tabelas de População e Estatísticas Vitais - População, por grupos de idade (IMP/SEADE).

Analisando as Tabelas 3 e 4, referentes às crianças entre zero e nove anos, observamos que a maioria dos municípios apresenta queda ou crescimento muito baixo no número de crianças dessa faixa etária.

Vejamos como tem se apresentado as matrículas na EI.

Gráfico 1 – Percentual da população de 0 a 5 anos que frequentavam a escola nos municípios da microrregião em 2010



Fonte: Elaboração das autoras com base nas Tabelas dos Resultados Definitivos da Amostra do Censo Demográfico 2010: educação e deslocamento – Municípios (IBGE).

Como mostra o Gráfico 1, o percentual de matrículas em creche (menos de 15% a 42%) e em pré-escola (pouco mais de 70% a quase 100%) demonstra a grande variabilidade no atendimento quantitativo entre os municípios da microrregião.

Tabela 5 – Progressão no número de matrículas da Educação Infantil nos municípios da microrregião no quinquênio 2010-2014

Município	2010	2011	2012	2013	2014
BARRINHA	1.230	1.257	1.264	1.146 (↓)	1.228
BRODOWSKI	847	837 (↓)	826 (↓)	831	864
CRAVINHOS	1.312	1.413	1.437	1.426	1.399 (↓)
DUMONT	324	364	404	361 (↓)	370
GUATAPARÁ	371	402	430	400 (↓)	385 (↓)
JARDINÓPOLIS	1.639	1.884	2.021	2.030	2.228
LUÍS ANTÔNIO	506	557	585	541 (↓)	622
PONTAL	1.226	1.594	2.004	2.008	1.947 (↓)
PRADÓPOLIS	936	899 (↓)	938	941	935 (↓)
RIBEIRÃO PRETO	25.099	26.207	27.508	28.507	29.723
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	843	939	904 (↓)	928	882(↓)
SANTA ROSA DE VITERBO	885	893	945	997	1.070
SÃO SIMÃO	532	541	628	621 (↓)	637
SERRA AZUL	287	345	414	422	457
SERRANA	2.235	2.293	2.426	2.490	2.520
SERTÃOZINHO	5.101	5.191	5.584	5.732	6.200

(↓) Queda no número de matrículas.

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados das Tabelas de Educação - Matrículas na Educação Básica, por Níveis de Ensino (IMP/SEADE).

Observamos que a queda nas matrículas de alguns municípios poderia ser justificada pela também queda na população que compreende essa faixa etária. É o caso de municípios como Dumont, Guatapará e São Simão, que tiveram uma redução na população tanto de zero a quatro quanto de cinco a nove anos no quinquênio 2010-2014. A maioria dos municípios apresentou queda apenas na população entre cinco e nove anos, o que não justificaria a diminuição nas matrículas de Educação Infantil no mesmo período. Mas, ainda que o atendimento em 2014 já estivesse aquém do necessário, os municípios precisavam agir como Santa Rosa de Viterbo, que, mesmo com queda na população entre zero e quatro anos, aumentou o atendimento na Educação Infantil.

Encerrando este tópico, apresentamos na Tabela 6 os dados referentes à matrícula pública de EI nos municípios.

Tabela 6 – Matrículas na Educação Infantil pública em 2009 e 2014, por etapa de ensino, nos municípios da microrregião

Município	Matrículas			
	2009		2014	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
ESTADO SP	9.252	21.243	17.546	19.478(↓)
BARRINHA	237	673	269	921
BRODOWSKI	268	503	317	471(↓)
CRAVINHOS	130	667	318	599(↓)
DUMONT	149	148	134(↓)	222
GUATAPARÁ	69	195	173	212
JARDINÓPOLIS	463	625	897	925
LUÍS ANTÔNIO	109	284	214	357
PONTAL	337	507	623	1.088
PRADÓPOLIS	410	539	445	462(↓)
RIBEIRÃO PRETO	3.981	11.958	9.627	8.887(↓)
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	302	459	278(↓)	408(↓)
SANTA ROSA DE VITERBO	246	497	327	459(↓)
SÃO SIMÃO	87	276	183	279
SERRA AZUL	-	269	201	256(↓)
SERRANA	807	1.014	1.086	1.129
SERTÃOZINHO	1.657	2.629	2.454	2.803

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do InepData – Consultas de Informações Educacionais – Educação Básica/Ensino Regular/Número de Matrículas/Etapas de Ensino.

Considerações sobre as formas de contratação, jornadas e salários em 12 municípios

Embora a microrregião de Ribeirão Preto seja composta por 16 municípios, apenas 12 aceitaram participar de nossa pesquisa. O aceite implicou, todavia, em manter em sigilo a identidade dos participantes. Isso foi solicitado por parte de alguns deles, mas, para evitar cruzamentos com a identificação de alguns e a não identificação de outros, redundando na exposição de todos, decidiu-se por manter o sigilo em relação a todo o conjunto dos 12 participantes. Por tal motivo, a partir daqui – diferentemente da forma como procedemos ao apresentar dados gerais dos 16 municípios – passamos a designar cada município por uma letra do alfabeto, sem nenhuma correspondência entre esta e o nome real de cada um.

Com relação aos cargos e funções, às formas de provimento, jornadas e salários, encontramos situações diversas. Na Tabela 7, a seguir, estes dados são apresentados por

município. Destaque-se que, como mencionado no início deste trabalho, o ano de referência varia entre um município e outro, devido à maior ou menor acessibilidade aos dados. O ano de referência é apresentado na última coluna da tabela. Em todos os casos o salário é o inicial, sem nenhum tipo de adicional.

Tabela 7 – Cargos ou funções e suas formas de provimento, jornada e salário nos municípios

Município	Denominação, Cargo ou Função	Formas de provimento	Jornada de trabalho (semanal)	Salário	Ano de referência
A	Pajem	-	-	R\$920,00	2015
	Professor de Educação Infantil	Concurso	25h	R\$1.124,24 – Magistério	
				R\$ 1.236,67 – Pedagogia	
	Diretor de Escola	Concurso	40h	R\$ 3.850,00	
B	Monitor de Educação Infantil	Concurso	40h	R\$866,22 +	2016
	PEB I (inclui Educação Infantil)	Concurso	24h	R\$ 1.496,60	2015
			30h	R\$ 1.870,75	
C	Educador de creche	Concurso	30h	R\$ 1.601,73	2016
	Professor de Ensino Infantil (PEI)	Concurso	20h	R\$ 1.067,82	
	Diretor de Escola*	Comissionado	40h	R\$ 2.500,00	2010
D	Professor de Educação Infantil (PEB I – EI)	Prova Escrita e Prova de Títulos Processo seletivo	25 ou 30 + HTP**	R\$7,26 hora/aula	2013
				30h - R\$1.089,00	
E	Auxiliar de Recreação	-	40h	R\$810,00	2014
	Professor	-	30h	R\$ 1.346,00	
	Diretor	-	40h	R\$ 3.800,00	
F	Professor de Educação Básica	Processo seletivo	30h	R\$ 1.138,50	2012
G	Professor de Educação Básica I (PEB I)	Concurso	30h	R\$ 1.450,00	2013
	Diretor de Escola	Comissionado	40h	R\$ 2.603,60	

H	Professor de Educação Básica I (EI e EF)	Processo seletivo/temporário	30h	R\$ 2.129,36	2014
	Diretor de Escola	Concurso	40h		2015
I	Professor de Educação Infantil – PEI/PEIC ***	Concurso	26h	R\$ 1.901,09	2015
J	Professor de Educação Infantil	Concurso	30h	-	
	Diretor de Escola	Concurso ou comissão	40h	R\$ 2.495,38	2015
K	Monitor de Creche	Concurso	40h	R\$ 866,53	2014
	Professor de Educação Básica (EI)	Processo seletivo	30h	R\$ 2.152,50	
L	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	Concurso	44h	R\$ 957,54	2014
	Professor de Educação Básica I (PEB I)	Concurso	30h	R\$ 2.244,00	

* Havia só dois diretores nas escolas de Ensino Fundamental, extintos em 2015. Até ali, o salário era o apresentado nesta tabela.

** HTP = Horário de Trabalho Pedagógico

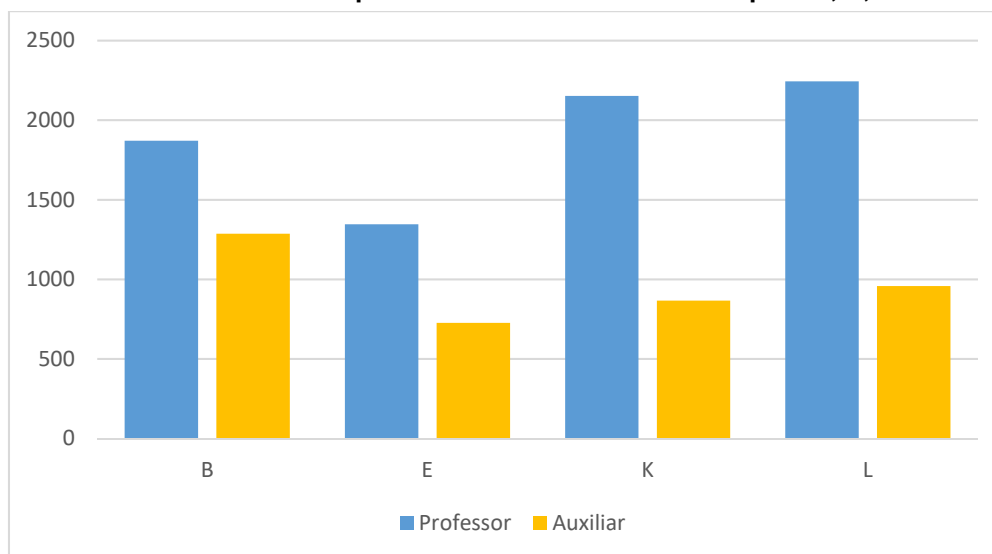
*** PEIC = Professor de Educação Infantil em Creche

Fonte: Elaboração das autoras com base nos sites oficiais das prefeituras municipais e no banco de dados da pesquisa 'Gestão de sistemas e unidades públicas de educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo'.

Em relação à denominação dos cargos e funções, para o caso de docentes encontramos Professor de Educação Básica I (PEB I), Professor de Educação Infantil (PEI), Professor de Educação Infantil em Creche (PEIC), Professor de Ensino Infantil e Educador de Creche. Quanto aos profissionais que atuam com as crianças, mas são contratados em jornada de 40 horas com salários significativamente menores, foram encontradas as seguintes designações: Monitor de Educação Infantil, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Monitor de Creche e Auxiliar de Recreação. Além da diversidade quanto à designação dos cargos, tanto em relação aos docentes quanto aos que aqui identificaremos como auxiliares, em função da descrição de suas funções³, o que se destaca é a diferença quanto à jornada – 25h ou 30h no caso de docentes, e 40h no caso dos auxiliares – e a desigualdade em termos de salário.

No Gráfico 2, a seguir, destacamos alguns exemplos. Nestes casos, todos os docentes são contratados por jornadas de 30h.

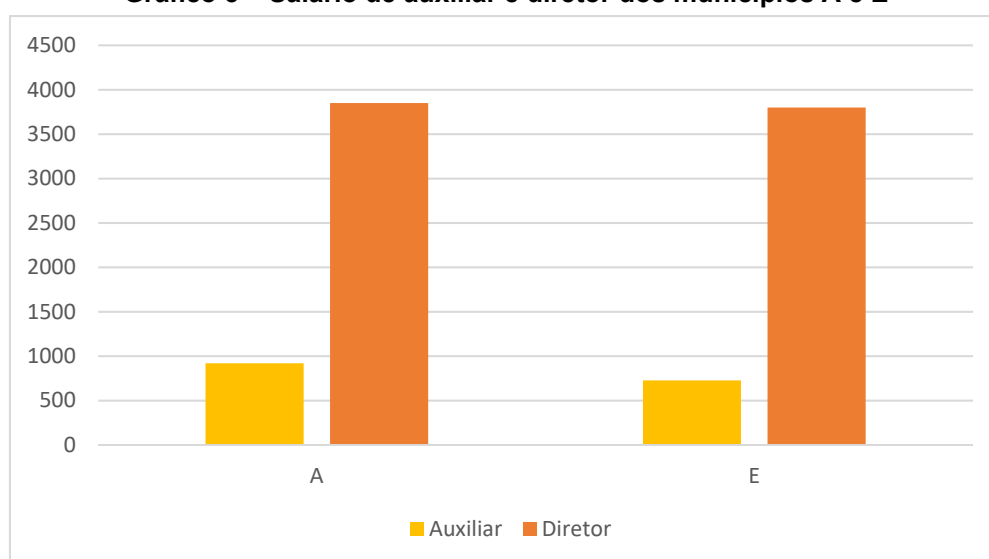
³ Neste trabalho, em função de seus limites, não apresentamos os dados, já disponíveis, sobre a descrição das funções desses profissionais.

Gráfico 2 – Salário de professor e auxiliar dos municípios B, E, K e L

Fonte: Elaboração das autoras com base nos *sites* oficiais das prefeituras municipais e no banco de dados da pesquisa 'Gestão de sistemas e unidades públicas de educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo'.

Os municípios K e L são os que apresentaram, em 2014, o maior salário para professores em jornada de 30h. São, por conseguinte, os que apresentaram a maior disparidade em relação aos auxiliares. Assim, no município K, enquanto um professor recebe R\$2.152,50, um auxiliar recebe R\$866,53; já no L, temos valores de R\$2.244,00 e R\$957,54, respectivamente. Em ambos os casos, a diferença é mais que o dobro.

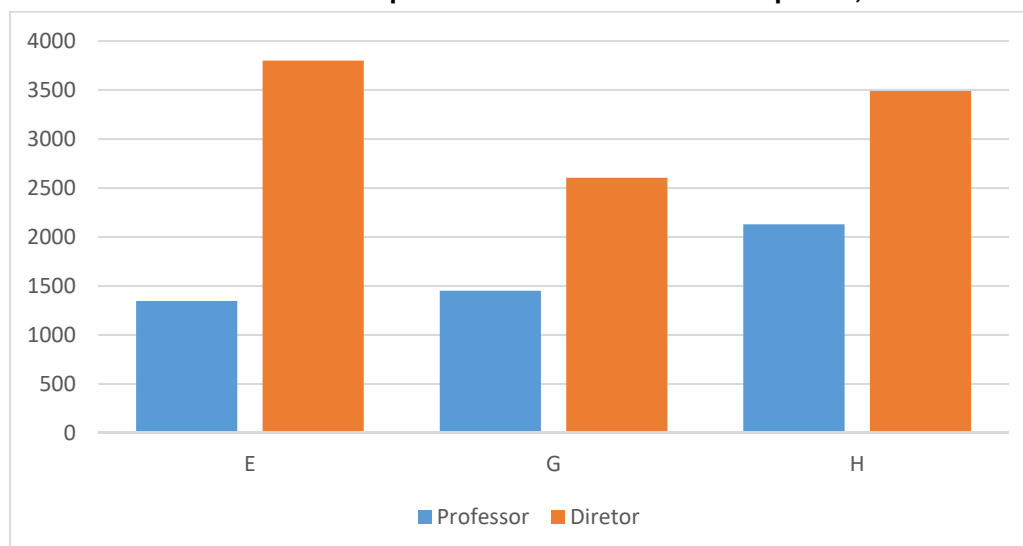
Se a comparação for feita entre os salários dos auxiliares e os diretores de escola, considerando que para todos os casos as jornadas são iguais, ou seja, 40h semanais, a distância entre um e outro é ainda mais expressiva. Destaque-se que na maioria dos municípios, ao aplicarmos os questionários, os respondentes informaram, ainda que sem exatidão, que um número significativo desses auxiliares possuía diploma de ensino superior, muitos em Pedagogia. O Gráfico 3, a seguir, ilustra essa distância:

Gráfico 3 – Salário de auxiliar e diretor dos municípios A e E

Fonte: Elaboração das autoras com base nos *sites* oficiais das prefeituras municipais e no banco de dados da pesquisa 'Gestão de sistemas e unidades públicas de educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo'.

Ainda que não na mesma proporção, a desigualdade salarial também se apresenta em relação aos docentes e os diretores de escola. Para se ter uma ideia de como ela pode ser significativa, destacamos os dados relativos aos municípios E, G e H, no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Salário de professor e diretor dos municípios E, G e H



Fonte: Elaboração das autoras com base nos sites oficiais das prefeituras municipais e no banco de dados da pesquisa 'Gestão de sistemas e unidades públicas de educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo'.

No município E, enquanto um docente recebia, em 2015, um salário de R\$1.346,00 por uma jornada de 30h semanais, um diretor recebia R\$3.800,00 por uma jornada de 40h. Já no município G, em 2013 observamos valores de R\$ 1.450,00 e R\$2.603,60 respectivamente. No H, constatamos a menor diferença, R\$ 2.129,36 (2014) e R\$ 3.489,11 (2015).

Quanto às formas de provimento, em todos os municípios há concurso para docentes e auxiliares e, excepcionalmente, recorre-se a processos seletivos, mas sempre por meio de editais públicos de provas e títulos. Quanto ao provimento para o cargo ou função de direção de escola, encontramos discrepâncias. Enquanto os municípios A, H e J realizam concurso, nos municípios C e G a direção é constituída como cargo “em comissão”, de livre nomeação por parte do Poder Executivo.

Considerações finais

A gestão democrática do ensino público, preconizada desde a CF/88, reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) e recentemente colocada como meta do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), pressupõe a participação de todos os profissionais, bem como da comunidade nos processos decisórios da educação escolar. Isto é válido também para a EI, uma vez que ela é parte da Educação Básica.

Todavia, para além de outros entraves para a efetivação da gestão democrática, já bem descritos em diversos trabalhos (CORREA, 2001; 2015b; CAMARGO, 1997; GARCIA, 2008; KRAWCZYK, 1999; MONÇÃO, 2013; PARO, 1995; 1997), a questão salarial nos parece um elemento importante quanto ao estabelecimento das relações entre os sujeitos que atuam na escola, seja no âmbito do Ensino fundamental seja no da EI.

Como observado por Bucci (2016) e Ferreira (2016) em um dos municípios que participam da nossa pesquisa (município A), as auxiliares (contratadas como pajens) é que recebiam as crianças no horário de entrada, auxiliavam-nas no momento do lanche e as acolhiam quando, por alguma razão, elas choravam. A relação entre a diretora da unidade e as professoras era claramente de mando e obediência, mas havia um processo de consulta daquela em relação a estas, ainda que predominasse a vontade da primeira. Com relação às auxiliares, estas recebiam ordens tanto da diretora quanto das professoras, assumindo um claro papel de quem apenas devesse executar as determinações daquelas. Ainda que, na prática, tivessem uma função importantíssima que claramente deveria ser parte do trabalho pedagógico das professoras, já que cuidar também é objetivo da EI, as pajens têm como salário base um pouco mais que o salário mínimo paulista. O abismo entre o salário delas e o das professoras e diretora nos parece, assim, um fator determinante para a forma como se estabeleciam as relações entre o grupo.

As professoras, por sua vez, em todos os casos analisados ainda recebem salários inferiores aos recebidos pelas diretoras, ainda que elas possuam o mesmo grau de escolarização, qual seja, o ensino superior. O que justifica essa diferenciação ainda é algo a ser melhor estudado. Conforme Correa (2006), nos casos em que o cargo de direção é subordinado ao Poder Executivo, que tem a prerrogativa de nomear e exonerar o diretor, tal diferenciação se explica como mecanismo de manutenção da confiança entre um e outro. Ainda conforme a autora, tal mecanismo impede que a direção esteja a serviço da comunidade escolar de fato, já que os interesses desta nem sempre se coadunam com os do Poder Executivo. Porém, como se verificou no atual levantamento, mesmo quando há concurso o salário do diretor é superior ao dos professores. Nesse caso, poder-se-ia afirmar que a diferença salarial também seria um mecanismo de controle, por meio do poder público, na tentativa de manter os diretores como prepostos do Estado, tal como afirma Vitor Paro (1995)? No mesmo trabalho já citado, Correa (2006) ouviu diferentes sujeitos de uma comunidade escolar para compreender como explicariam essa diferença salarial entre professores e, no caso, a diretora. Todos os entrevistados justificaram, grosso modo, que a direção assumiria maior responsabilidade, já que caberia à diretora zelar por tudo o que acontecia na escola. Tal ideia parece se basear num outro aspecto que também consideramos ser problemático, ou seja, o modelo hegemônico de gestão no qual temos uma pessoa – no caso, um/a diretor/a – para coordenar todo o trabalho. Fosse um conselho ou colegiado a gerir a escola, a responsabilidade – e o pequeno, mas existente poder – não ficariam concentrados em uma só pessoa.

Vale lembrar, ainda, que desde há muito se debate a importância da valorização salarial dos professores como um dos mecanismos de se melhorar a qualidade da educação, conforme evidenciado em interessante trabalho de Rubens Barbosa de Camargo e Márcia Jacomini (2011). Apesar de tal debate ser antigo, o problema da baixa remuneração se mantém e, além disso, persiste a desigualdade salarial entre docentes com ensino superior e outros profissionais com o mesmo nível de escolarização. Conforme levantamento recente feito pelo movimento Todos pela Educação:

A remuneração média dos professores brasileiros [era] equivalente a 51% do valor médio obtido, em 2012, pelos demais profissionais com nível superior completo. Atualmente [2014], o salário médio do docente da educação básica no País é de R\$

1.874,50. Essa quantia é 3 vezes menor que o valor recebido por profissionais da área de Exatas, como por exemplo, os engenheiros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, s/p).

A desigualdade é tão significativa que na formulação do último PNE, aprovado em 2014, estabeleceu-se uma meta específica para enfrentar a questão: “Meta 17: Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, **a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente**, até o final do 6º ano da vigência deste PNE” (BRASIL, 2014, online, grifos nossos).

Assim, se há uma percepção de que é um problema um país que remunera seus professores abaixo do que recebem profissionais de outras áreas com escolaridade equivalente, por que não se questiona o fato de que dentro do próprio sistema educacional convivemos com tais desigualdades? Se um professor possui nível superior em Pedagogia tanto quanto um diretor – esta é a exigência prevista em nossa LDB – por que não podem ser igualmente remunerados? Como as jornadas em geral são diferentes, isso se resolveria estabelecendo-se um valor único por hora ou hora-aula, 30h no caso dos professores, e 40h no caso de diretores, por exemplo.

Nos limites deste trabalho, não discutimos o salário de outros profissionais que atuam nas secretarias, mas gostaríamos de destacar a relevância de estudos mais detalhados a esse respeito. É fundamental que comecemos a problematizar situações que, até aqui, parecem já “naturalizadas”. Para ficar em um caso, mencionamos o exemplo do município C, no qual um professor tem salário de R\$ 1.067,82 e o Diretor do Departamento de Educação recebe R\$5.500,00, por uma jornada que não é de 40h, como costuma ocorrer, mas de 30h. Cargos como os de secretário de educação, diretores de departamento, assessores ou “especialistas” são, em geral, comissionados, e sua escolha é política. O salário destes profissionais, além de ser, em geral, significativamente superior ao que aquele recebido por professores, costuma ser acrescido de outras gratificações. A natureza do trabalho de cada um é diferente, concordamos, mas se queremos de fato valorizar a profissão docente, precisamos começar a enfrentar também esse tipo de questão.

Em síntese, este trabalho procurou apresentar a situação de um conjunto de municípios em uma das regiões do Estado de São Paulo cujas condições econômicas e sociais não são as piores se comparadas a outras regiões do País ou do próprio estado. Mesmo nesse cenário, observaram-se discrepâncias e desigualdades em termos de salários entre profissionais da EI. Observou-se, ainda, a contratação de pessoal não docente para atuar em atividades que são tipicamente docentes, muito provavelmente como mecanismo de desonerar a folha de pagamentos dos municípios. Constatou-se a desigualdade salarial entre docentes e auxiliares, bem como entre aqueles e diretores. Tais desigualdades são compreendidas como entraves tanto à valorização docente quanto ao incremento de uma gestão de fato democrática, aspectos imprescindíveis para que se avance na qualidade da Educação Infantil.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2011.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Séries Históricas e Estatísticas**: Educação; População e demografia. Brasília, DF: IBGE, 2010.

BUCCI, Lorenza. **“A escola é da diretora”**: a gestão de uma pré-escola municipal sob o olhar das crianças. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia A. Carreira e salário do pessoal docente da Educação Básica: algumas demarcações legais. **Educação em Foco**, Ano 14, n. 17, p. 129-167, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/106/141>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Gestão Democrática e Nova Qualidade do Ensino**: o Conselho de Escola e o Projeto da Interdisciplinaridade nas Escolas Municipais da Cidade de São Paulo (1989-1992). 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CIDADES PAULISTAS. Regiões Administrativas e de Governo. OPY Editora. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CORREA, Bianca Cristina. **Possibilidades de Participação Familiar e Qualidade na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CORREA, Bianca Cristina. **Democratização da Gestão Escolar na Educação Infantil**: um caso e seus múltiplos significados. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORREA, Bianca Cristina. A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com sua qualidade. In: REUNIÃO CIENTÍFICA ANUAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015a. p. 1-18. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT07-4043.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CORREA, Bianca Cristina. Gestão democrática e eleição de diretores: desafios ainda não superados. In: SILVEIRA, Adriana Dragone (Org.). **Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social**. Curitiba: Appris, 2015b, v. 1. p. 93-109.

FERREIRA, Karen A. B. **A Gestão em uma Pré-Escola Pública**: considerações sobre as práticas de uma diretora. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

GARCIA, Teise Oliveira. A escola como espaço de acolhimento e participação dos educandos. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Org.). **Políticas Educacionais e Organização do Trabalho na Escola**. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1. p. 161-188

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 67, p. 112-149, ago. 1999.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Gestão Democrática na Educação Infantil**: o compartilhamento da educação da criança pequena. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Por Dentro da Escola Pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Informações dos Municípios Paulistas (IMP), São Paulo, 2011-2015. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SISTEMA Educativo Nacional de Brasil. Ministério da Educação de Brasil (MEC/INEP) y Organización de Estados Ibero-americanos. **Informe OEI – Ministério da Educação**. Madrid/Espanha, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/#sis>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. No Brasil, salário de professor é metade do que recebem outros profissionais. 2014. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/30594/no-brasil-salario-de-professor-e-metade-do-que-recebem-outros-profissionais/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Bianca Cristina Correa é professora Doutora no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: biancacorrea@ffclrp.usp.br

Júlia Castro é graduanda no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: julianevescastro@hotmail.com

Caroline Barbosa é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: carolbbbbarbosa@yahoo.com.br

Recebido em 01 de setembro de 2016

Aprovado em 24 de outubro de 2016

Editores do volume 6

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil

Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil

Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz

Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada

Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso

Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade

Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

Juca Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro

Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce

Universidade Federal do Pampa, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque

Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira

Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan

University of London, Reino Unido

Vera Jacob

Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro

Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares

Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira

Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>